



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Lei Federal nº 6.366/1976	Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Distrito Federal.
Resolução nº 2.870, de 12/01/1990	Concede Gratificação de Ensino Especial aos Professores e Auxiliares de Assistência à Educação.
Resolução nº 2.918, de 20/02/1990	Altera o item 3 do Anexo II da resolução nº 2.872, de 16/1/1990.
Decreto nº 12.281/1990	Dispõe sobre a transposição de cargos para a carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 92/1990	Dispõe sobre a reversão de servidor para o cargo de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Decreto nº 12.313/1990	Fixa prazo para a opção de que trata o art. 1º da Lei nº 92, de 2/4/1990, e dá outras providências.
Lei nº 143/1991	Cria cargos de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.
Resolução nº 3.525, de 07/08/1991	Autoriza a contagem de tempo de serviço prestado a qualquer título na SE/FEDF aos integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal, nos cargos de Professor, Especialista de Educação ou de Técnico em Assuntos Educacionais, à época, para fins de progressão.
Decreto nº 13.440/1991	Retifica a transposição para carreira Magistério Público do Distrito Federal, efetivada pelos Decretos nº 12.116, de 3/1/1990 e nº 12.281, de 20/3/1990.
Lei nº 179/1991	Cria cargos em comissão na Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Lei nº 198/1991	Altera o quantitativo de cargos efetivos de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Decreto nº 13.914/1992	Regulamenta a concessão da Gratificação de Regência de Classe instituída pela Lei nº 202, de 9/12/1991, e dá outras providências.
Lei nº 270/1992	Estabelece critério para os servidores que especifica se aposentarem no regime de 40 horas semanais de trabalho e dá outras providências.
Lei nº 272/1992	Dá nova redação ao art. 2º, da Lei nº 92, de 2/4/1990.
Lei nº 298/1992	Altera os valores dos vencimentos dos cargos da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 329/1992	Institui e altera percentuais de carreiras que menciona e dá outras providências. (Art. 1º Cria a gratificação de atividade)
Lei nº 354/1992	Altera os valores do vencimento dos cargos da carreira Magistério Público do Distrito federal e dá outras providências.
Lei nº 355/1992	Altera os percentuais das gratificações que menciona e dá outras providências.
Decreto nº 14.413/1992	Institui o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público, TIDEM, instituída pela Lei nº 356, de 20/11/1992, e dá outras providências.
Lei nº 429/1993	Altera os valores de vencimentos dos cargos da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 501/1993	Cria cargos efetivos nas carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Lei nº 506/1993	Cria cargos em comissão e cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 524/1993	Altera os percentuais das gratificações que menciona e dá outras providências.
Lei nº 543/1993	Autoriza o Poder Executivo a regulamentar a participação dos professores de Educação Física da Secretaria de Educação/Fundação Educacional do Distrito Federal no programa Escola Comunidade/Ginástica nas Quadras levadas a efeito no Plano Piloto, nas cidades satélites e nos assentamentos de população de baixa renda, e dá outras providências.
Lei nº 550/1993	Promulgação negada pelo Governador do Distrito federal ao Parágrafo único do art. 2º vetado e derrubado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Projeto de Lei que “Altera disposições da Lei nº 524, de 2/9/1993”
Lei nº 662/1994	Altera os anexos I e II, da Lei nº 506, de 22/7/1993.
Decreto nº 15.476/1994	Regulamenta a Gratificação Alfabetização, GAL, instituída pela Lei nº 654, de 21/1/1994, e dá outras providências.
Decreto nº 15.477/1994	Regulamenta a Gratificação especial criada pela Lei nº 540, de 21/9/1993, e dá outras providências.
Lei nº 695/1994	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 356, de 20/11/1992, e dá outras providências.
Decreto nº 16.066/1994	Integra, no Quadro Suplementar de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, servidores amparados pela Lei nº 66, de 18/12/1989, e dá outras providências.
Decreto nº 16.163/1994	Dispõe sobre a transposição de servidores para a carreira Magistério Público do Distrito Federal do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
<u>Lei nº 875/1995</u>	Dispõe sobre a concessão de abono especial aos integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal.
<u>Lei nº 879/1995</u>	Dispõe sobre a concessão do abono especial criado pela Lei nº 875, de 20/6/1995, aos professores contratados pela FEDF por força da Lei nº 8.745, de 9/12/1993, regulamentada no âmbito do Governo do Distrito Federal, pelo Decreto nº 15.472, de 1º/3/1994.
<u>Lei nº 1.030/1996</u>	Altera dispositivos da Lei nº 356, de 20/11/1992, bem como da Lei n.º 940, de 17/10/1995, concede antecipação de padrões aos servidores integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
<u>Lei nº 1.090/1996</u>	Altera o quantitativo de cargos efetivos de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.
<u>Emenda constitucional nº 14/1996</u>	Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<u>Lei Federal nº 9.424/1996</u>	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
<u>Lei nº 1.353/1996</u>	Altera o quantitativo de cargos efetivos da carreira Magistério Público do Distrito Federal do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.
<u>Lei nº 1.354/1996</u>	Altera a Lei nº 329, de 8/10/1992, que institui e altera percentuais de carreiras que menciona; a Lei nº 356, de 20/11/1992, que institui o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público, TIDEM, para os integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal; e a Lei nº 940, de 17/10/1995, que dispõe sobre a criação da gratificação de desempenho aos integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Decreto nº 18.008/1997	Dispõe sobre a contratação de professor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público pela Fundação Educacional do Distrito Federal.
Lei nº 1.565/1997	Transforma cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 1.619/1997	Cria a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, EAPE, e dá outras providências.
Lei nº 1.672/1997	Altera o §3º do art. 1º da Lei nº 771, de 28/9/1994, que institui percentual como parcela autônoma incidente sobre o vencimento dos integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Lei nº 1.800/1997	Dispõe sobre a complementação de aposentadoria de antigos ocupantes de empregos de professor e de especialista em educação da Tabela Permanente de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Lei nº 1.816/1998	Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.
Decreto nº 19.291/1998	Regulamenta a complementação de aposentadoria de que trata a Lei nº 1.800, de 23/12/1997, e dá outras providências.
Lei nº 2.344/1999	Cria o Programa Integração.
Lei nº 2.459/1999	Altera o quantitativo de cargos da carreira Magistério Público do Distrito Federal criada pela Lei nº 66, de 18/12/1989.
Instrução nº 733, de 13/06/2000	Altera o item 4 e seus respectivos subitens, da Instrução nº 639, de 3/12/1997, que trata da redução da carga horária de trabalho dos servidores integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal, de 40 para 20 horas semanais.
Portaria nº 232, de 13/11/2000	Dispõe sobre critérios para modulação de professores da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Portaria nº 257, de 20/06/2001	Aprova as normas para Progressão por Merecimento.
Portaria nº 258, de 21/06/2001	Aprova normas regulamentares para a concessão de bolsas de estudo.
Lei nº 2.734/2001	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e de funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, parte relativa à Secretaria de Estado de Educação, e dá outras providências.
Decreto nº 22.305/2001	Retifica a transposição das servidoras que especifica pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e dá outras providências.
Portaria nº 433, de 26/09/2001	Dispõe sobre normas para lotação, remoção e remanejamento interno de servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Decreto nº 22.496/2001	Regulamenta a gestão administrativa e o processo de seleção dos diretores, vice-diretores, assistentes e secretários escolares, e o de eleição dos membros do Conselho Escolar das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.
Lei nº 2.896/2002	Altera o quantitativo de cargos efetivos de professores da carreira Magistério Público do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, via remanejamento.
Lei nº 2.932/2002	Altera o vencimento básico das carreiras que menciona e dá outras providências.
Portaria nº 366, de 05/09/2002	Dispõe sobre normas para lotação, remoção e remanejamento de servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Portaria nº 500, de 23/12/2002	Dispõe sobre normas para alteração e concessão de lotação aos professores em exercício na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Portaria nº 502, de 23/12/2002	Dispõe sobre normas para alteração da carga horária dos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Portaria nº 141, de 06/06/2003	Aprova normas para concessão por merecimento aos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Decreto nº 23.877/2003	Declara a extinção plena da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 3.172/2003	Dispõe sobre a revisão geral das remunerações dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal e dos empregados integrantes da Tabela de Empregos a que se refere a Lei nº 2.681, de 15/1/2001, bem como da instituição de parcela individual, e dá outras providências.
Decreto nº 23.924/2003	Regulamenta a Lei nº 2.771, de 19/9/2001, que dispõe sobre a Gratificação de Atividade de Ensino, GAE, e dá outras providências.
Lei nº 3.355/2004	Altera a Lei nº 3.318/2004, transformando as funções de confiança, FC, em cargos em comissão de Unidade de Ensino, símbolo DF-UE.
Portaria nº 207, de 30/07/2004 - SE	Dispõe sobre a Gratificação por Docência em Estabelecimentos Prisionais e de Restrição de Liberdade.
Portaria nº 228, de 24/08/2004 - SE	Aprova as fichas profissiográficas dos cargos da carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Portaria nº 230, de 24/08/2004 - SE	Aprova normas para a Progressão por Merecimento dos servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Portaria nº 232, de 24/08/2004 - SE	Aprova normas para a Gratificação de Titulação da carreira Magistério Público do Distrito Federal.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
<u>Lei nº 3.516/2004</u>	Assegura a concessão de desconto na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos aos professores do sistema de ensino do Distrito federal.
<u>Lei nº 3.625/2005</u>	Estende a Gratificação por Atividade com Adolescente em Restrição de Liberdade, GRL, e a Gratificação por Atividade de Risco, GAR, aos integrantes das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação.
<u>Decreto nº 26.192/2005</u>	Aprova o Regimento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, FUNDEF/DF.
<u>Decreto nº 26.383/2005</u>	Regulamenta a Lei nº 3.516, de 27/12/2004, que assegura a concessão de desconto na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos aos professores do sistema de ensino do Distrito Federal.
<u>Portaria nº 387, de 09/12/2005</u>	Dispõe sobre normas para lotação, remanejamento externo e remanejamento interno de servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito federal e dá outras providências.
<u>Lei nº 3.738/2006</u>	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.030, de 1996.
<u>Lei nº 3.782/2006</u>	Reajusta a tabela de vencimentos da Carreira Magistério Público e reescala os percentuais da Gratificação de Incentivo à Educação, GIC.
<u>Lei nº 3.881/2006</u>	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 5º e do art. 16 da Lei nº 3.782, de 30/1/2006. Institui a Gratificação de Ensino em Estabelecimentos Prisionais, GEEP, a ser concedida ao servidor da carreira Magistério Público do Distrito Federal em exercício nas unidades do Complexo Penitenciário do Distrito Federal. Artigos vetados pela Governadora do Distrito Federal e mantidos pela Câmara Legislativa (VÍCIO DE INICIATIVA) Art. 11



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Portaria nº 356, de 09/10/2007	Institui a renovação cadastral dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal optantes pela Gratificação de Dedicação Exclusiva.
Lei nº 4.036/2007	Dispõe sobre a gestão compartilhada nas instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.040/2007	Trata da incorporação da Gratificação de Regência de Classe.
Portaria nº 394, de 19/11/2007	Aprova normas do processo seletivo para indicação dos candidatos aos cargos comissionados de diretor e vice-diretor das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal.
Portaria nº 20, de 29/01/2008	Aprova normas para a concessão de Afastamento Remunerado para Estudo aos servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
Portaria nº 57, de 04/04/2008	Normatiza o recebimento dos atestados médicos e odontológicos.
Decreto nº 29.582/2008	Regulamenta a progressão dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.328/2009	Concede o reajuste que menciona à Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.466, de 18/03/2010	Reajusta o Vencimento Básico da carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei nº 4.564/2011	Dispõe sobre o valor do vencimento básico da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
Portaria nº 179, de 13/12/2011	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para a devolução dos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal remanejados de ofício ou com exercício provisório.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
<u>Decreto nº 33.502/2012</u>	Dispõe sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de estado de Educação do Distrito Federal e dá outras providências.
<u>Portaria nº 26, de 02/02/2011</u>	Estabelece critérios para a atuação dos profissionais em exercício no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado/Salas de Recursos.
<u>Portaria nº 74, de 26/04/2012</u>	Aprova os critérios para a composição das Gerências Regionais de Educação Básica das Coordenações Regionais de Ensino.
<u>Lei nº 4.862/2012</u>	Altera a lei nº 4.075, de 28/12/2007, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 34.121/2013</u>	Altera o Decreto nº 33.502, de 23/1/2012, e dá outras providências.
<u>Portaria nº 30 de 29/01/2013</u>	Aprova critérios para a distribuição de carga horária aos professores em exercício no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem e os procedimentos para a organização do serviço e desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica.
<u>Portaria nº 32, de 04/02/2013</u>	Dispõe sobre as atribuições, os critérios para a modulação e a distribuição dos Especialistas de Educação.
<u>Lei nº 5.105/2013</u>	Reestrutura a carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
<u>Portaria nº 259, de 15/10/2013</u>	Disciplina a aplicação da Lei nº 5.105, de 3/5/2013, que dispõe sobre a Carreira Magistério Público do Distrito federal e dá outras providências.
<u>Lei nº 5.250 /2013</u>	Garante aos aposentados da Carreira Magistério Público o mesmo índice de reajuste da Lei nº 5.105, de 3/5/2013, e dá outras providências.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
PORTARIA Nº 18, de 30/01/2014	Dispõe sobre a lotação dos profissionais da educação e a escrituração escolar dos alunos que atuam nos Núcleos de Ensino que funcionam nas Unidades de Internação Socioeducativas e de Internação Cautelar do Distrito Federal.
LEI Nº 5.326/2014	Cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 7.090, de 1º de abril de 2022
EMENDA À LEI ORGANICA Nº 84	Altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, que garantem direitos dos orientadores educacionais do Distrito Federal, e dá outras providências.
Lei nº 5.626/2016	Altera a Lei nº 4.266, de 11/12/2008, que dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.
Portaria nº 28, de 18/02/2016	Dispõe sobre o Procedimento de Distribuição de Turmas/Carga Horária e Atribuição deAtendimentos/Atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do DistritoFederal, em exercício nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federale nas unidades parceiras.
Portaria nº 47, de 25/02/2016	Altera o artigo 18 e inclui o artigo 18-A da Portaria 259, de 15 de outubro de 2013.
Portaria nº 81, de 06/03/2017	Dispõe sobre as atribuições das Equipes de Apoio Intermediárias, em exercício nas Coordenações Regionais de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal.
Portaria nº 380, de 23/11/2018	Dispõe sobre a Organização e Funcionamento das Bibliotecas - Carreiras Assistência à Educação e Magistério.
Lei nº 6.327/2019	Dá nova redação à Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira Magistério Público do DF e dá outras providências.
Portaria nº 320, de 23/09/2019	Altera a Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Portaria nº 372, de 22/10/2019	Revoga a Portaria nº 273, de 15 de agosto 2019.
Portaria nº 428, de 02/12/2019	Dispõe sobre critérios de composição e modulação das Unidades Administrativas de nível central da estrutura orgânica e hierárquica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e dá outras providências.
Portaria nº 16, de 30/01/2020	Dispõe sobre critérios para concessão de aptidão para os servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal para atuação nas Unidades Escolares-Piloto do Novo Ensino Médio.
Lei nº 7.090/2022	Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014 , que cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências, e cria a Gratificação de Atividade Pedagógica – Gacop Art. 1º O Anexo I da Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei. Art. 2º Fica criada a Gratificação de Atividade de Coordenação Pedagógica – Gacop, no valor de R\$ 300,00. § 1º A Gratificação criada na forma do caput é devida, exclusivamente, aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica da carreira Magistério Público do Distrito Federal, em exercício em unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, nas instituições conveniadas ou parceiras formalmente constituídas, que exerçam a função de Coordenador Pedagógico. § 2º O quantitativo de Coordenadores Pedagógicos Locais é estabelecido por portaria editada pelo titular da Secretaria de Estado de Educação. Art. 3º A Gratificação especificada no art. 2º é limitada a 3.000 cotas.
Lei nº 7.114/2022	Altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Nº 7.109/2022	Incorpora o auxílio-saúde ao vencimento básico dos servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal, bem como ao dos professores contratados temporariamente.
Portaria Conjunta nº 49, de 12/09/2022	Altera a Portaria Conjunta nº 38, de 14 de junho de 2022.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
Lei nº 7.253/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
Lei nº 7.316/2023	Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que "reestrutura a carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências", e dá outras providências. Art. 1º Os vencimentos básicos dos cargos de Professor de Educação Básica e de Pedagogo Orientador Educacional da carreira Magistério Público do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, passam a ser regidos pelos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei. Parágrafo único. Os reajustes previstos na Lei nº 7.253, de 2 de maio de 2023, encontram-se aplicados nas tabelas constantes dos anexos de que trata o caput.
Lei nº 7.355/2023	Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que "reestrutura a carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências"; e a Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que "dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências".
Portaria nº 584, de 23/05/2024	Dispõe sobre a habilitação dos servidores ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências. (...)Art. 1º Definir os critérios para a inclusão da habilitação em atenção ao disposto no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013.
Portaria nº 805, de 25/07/2024	Dispõe sobre normas para contratação temporária de professor substituto para atender à necessidade de excepcional interesse público na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãodePessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
<u>Portaria Conjunta nº 40, de 06/08/2025</u>	Institui as Atribuições e Requisitos da Carreira de Magistério Público do Distrito Federal.
<u>Lei nº 7.806/2025</u>	Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências. Art. 1º A Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações: I - os Anexos II, III, IV, V, VI e VII da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, passam a vigorar conforme o Anexo Único desta Lei; II - fica acrescido o inciso XVIII ao artigo 2º: "XVIII – aptidão: a declaração emitida ao servidor da carreira Magistério Público do Distrito Federal, após análise e aprovação quanto à formação exigida, bem como à verificação das habilidades e dos conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em determinados atendimentos e ofertas educacionais, conforme regulamentação da Secretaria de Estado de Educação." III - fica acrescido o artigo 17-A: "Art. 17-A. As tabelas de vencimentos básicos das Etapas IV, V e VI, de que tratam o inciso I do artigo 17, correspondentes às habilitações de especialização, mestrado e doutorado, respeitam, respectivamente, os percentuais de 10%, 20% e 30% em relação à tabela base de graduação (Etapa III)." Art. 2º Os reajustes previstos na Lei nº 7.316, de 4 de setembro de 2023, estão incorporados no Anexo Único desta Lei. Art. 3º Aplica-se o disposto nesta Lei, no que couber, aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão, com paridade, vinculados à carreira de Magistério Público do Distrito Federal.
<u>Portaria nº 02, de 13/01/2026</u>	Dispõe sobre o Afastamento Remunerado para Estudos dos servidores das carreiras de Magistério Público do Distrito Federal e Políticas Públicas e Gestão Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
<u>Lei nº 7.884/2026</u>	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos professores lotados nas coordenações regionais de ensino do Distrito Federal que desempenham atividades educativas de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico, ocupantes de cargos em comissão ou não, para fins de aposentadoria especial.
<u>Lei nº 7.877/2026</u>	Declara o livre exercício da profissão de professor de educação física nas escolas públicas e privadas da Rede de Ensino de Educação Básica do Distrito Federal. Sendo vedada, como condição para o exercício da profissão, a exigência de filiação prévia em entidade profissional de qualquer espécie.



GOVERNODODISTRITOFEDERAL
SECRETARIADEESTADODEECONOMIADODISTRITOFEDERAL
SubsecretariadeGestãode Pessoas
UnidadedeAdministraçãodeCarreiraseEmpregos Públicos

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

DIPLOMA LEGAL	EMENTA
<u>Lei nº 7.885/2026</u>	Dispõe sobre a manutenção das gratificações dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal que sejam remanejados para outras funções dentro do serviço público.

Atualizado em 03/07/2026